

O IMPACTO DO AUMENTO DE RECURSOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ESTADO DO MARANHÃO

Jairo Cavalcanti Vieira

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA)

Diego Silva Oliveira

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

O IMPACTO DO AUMENTO DE RECURSOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ESTADO DO MARANHÃO

Resumo: Este ensaio analisa se há uma relação diretamente determinada entre o volume de gastos públicos com Educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, principal indicador nacional da qualidade do ensino fundamental. A comparação entre os gastos com Educação dos Municípios do Estado do Maranhão e o respectivo IDEB mostram que, embora todos os Municípios tenham aumentado seus gastos com Educação, em 65% deles o IDEB não evoluiu. A constatação indica que a elevação dos gastos públicos com Educação se mostra insuficiente para garantir a melhora constante e progressiva desse índice.

Palavras-chave: Gastos públicos, educação, IDEB, qualidade da educação, eficiência do gasto público.

THE IMPACT OF INCREASED RESOURCES ON THE QUALITY OF EDUCATION OF MUNICIPAL SCHOOLS IN THE STATE OF MARANHÃO

Abstract: This study examines if there is a determined direct relationship between the volume of public expenses on Education and the Index of Development of Basic Education – IDBE, the main national indicator of the quality of basic education. The comparison of expenses on Education of Municipalities of the State of Maranhão and its IDBE shows that while all Municipalities have increased their expenses on Education, in 65% of them the IDBE has not advanced. This evidence suggests that the rise in public expenses on Education is insufficient to guarantee the constant and progressive improvement of this index.

Key words: Public expenses, education, IDBE, quality of education, efficiency of public expenses.

Recebido em: 30.06.2012. Aprovado em: 22.10.2012.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio visa analisar se o aumento de gastos com a Educação dos Municípios maranhenses é diretamente proporcional ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – índice criado no ano de 2007 e utilizado nacionalmente para aferir a qualidade do ensino no Brasil.

O financiamento da educação do Brasil conta com um amplo conjunto de normas e ferramentas com o objetivo de garantir recursos orçamentários e direcionar sua aplicação. Neste sistema, aos Municípios foi conferida pela Lei nº 9.394/96 a incumbência de oferecer o ensino fundamental, e a Constituição Federal garantiu o repasse de recursos aos Municípios para o custeio dessa oferta.

Teoricamente, o incremento à aplicação de recursos deve acarretar a melhoria do acesso e da qualidade da educação. Entende-se que um dos requisitos para que não haja solução de continuidade no processo de universalização da educação básica com qualidade é a ampliação dos recursos públicos para a área. (ABRAHÃO, 2005, p. 846). Esta premissa, no entanto, merece uma análise para objetivá-la, a partir de dados concretos.

Segundo Weber (1992, p. 110-111), a ciência, sem adentrar a seara da especulação, somente poderá conscientizar que determinado juízo de valor ou ideal historicamente dado possui como fundamento primeiro determinado axioma, são expostos o objeto em análise e as finalidades pretendidas, não se constituindo, entretanto, em uma receita para a prática, pois, se assim o fosse, demonstrar-se-ia uma prática científica eivada de subjetividade, isto é, produto de juízos de valor, os quais, por sua vez, são baseados em ideais determinados cujas raízes possuem origens subjetivas, portanto, carentes de cientificidade.

A única marca que o pesquisador pode deixar na pesquisa é aquela da qual seja impossível se desprender sob pena de descaracterização do próprio sujeito. (WEBER, 1992, p. 111). A crítica técnica, os juízos de fato, aqueles que não estão arrimados em ideais determinados cujas origens reportam a subjetividades, são aqueles que visam conduzir o indivíduo à própria responsabilização pela imprescindibilidade da ponderação entre fins e consequências de suas respectivas ações.

As informações dos gastos dos Municípios com Educação estão disponíveis em sítios eletrônicos oficiais. Da mesma forma, os resultados do IDEB são publicados regularmente. A partir destes dados é possível formular juízos de fato, fundamentados em dados quantitativos que evidenciaram o impacto do aumento dos recursos aplicados em educação na qualidade do ensino ofertado na rede pública municipal dos Municípios do Maranhão.

No Maranhão há 217 Municípios, que em 2010

contavam com um total de 10.440 escolas de ensino fundamental em suas redes. Entre os anos de 2006 e 2010 os gastos com educação dos Municípios do Maranhão saltou de R\$1.255.662.360,86 para R\$2.431.040.195,42, portanto o investimento em Educação da rede municipal de ensino neste Estado da Federação praticamente dobrou, acompanhando o vertiginoso processo de municipalização de todo o ensino fundamental no Brasil. (ARELARO, 2005, p. 1042).

Comparando os gastos municipais em Educação com a evolução do IDEB no período é possível averiguar o impacto no aumento de recursos da qualidade da educação na rede municipal de ensino dos Municípios maranhenses.

2 O IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Decreto n.º 6.094/2007 foi o marco legal que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e estabeleceu o IDEB como referencial para aferir a qualidade da Educação Básica¹, sendo o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas pelos Municípios.

Na década de 1990, foram instituídos no Brasil o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e o Exame Nacional de Cursos – ENC/PROVÃO, enquanto em âmbito internacional foi realizado o Primeiro Estudo Internacional Comparado, promovido pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação – LLCE. (FERNANDES, 2012). Com a virada do século, as avaliações foram intensificadas, os indicadores passaram a ser metas perseguidas como padrão de qualidade da Educação, demandando, assim, o remodelamento dos supramencionados índices nacionais em voga até então.

Em 2005 o SAEB foi reorganizado e passou a ser composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb tem o seu foco nas gestões dos sistemas educacionais e é conhecida como SAEB. Já a Anresc é mais ampla e focaliza as unidades escolares brasileiras e, devido a isso, recebe o nome de Prova Brasil. Se antes a avaliação era feita por amostragem, com essa organização e novo sistema de dados tornou-se possível avaliar cada sistema e cada escola brasileira. “A Prova Brasil deu nitidez à radiografia da qualidade da educação básica” (MEC, 2007, p. 12), segundo posicionamento governamental. O ENEM também sofreu modificações e tornou-se, inclusive, a porta de entrada às diversas universidades. Não foi diferente em relação ao ENC-PROVÃO, cujo nome

foi alterado para Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cujo objetivo é o de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, em caráter amostral. (FERNANDES, 2012).

No âmbito internacional, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE instituiu o Programa para Avaliação Internacional de Estudantes – PISA, cuja avaliação por amostragem considera a faixa etária, especificamente o 15º ano. (FERNANDES, 2012). Este índice tende a ser utilizado como parâmetro mundial para a Educação e atualmente conta com a participação de 65 Estados Nacionais (Países). É nesse contexto de monitoramento da qualidade da Educação que é instituído no Brasil o IDEB por meio do Decreto mencionado alhures.

O IDEB é um índice consubstanciado pelo resultado produzido por dois outros indicadores, o desempenho em exames padronizados² e informações sobre rendimento escolar³. Esta combinação permite a representação objetiva do funcionamento da rede de ensino, fazendo com que sejam enxergados apenas os dados enquanto dados, na medida em que “se manifesta tanto na objetividade quanto na subjetividade” ocultando esta em virtude daquela. (FARIAS, 2001. p. 31). O IDEB visa equilibrar rendimento escolar e desempenho nos exames padronizados, pressupondo que não interessa à sociedade um elevado índice de reprovações, ainda que os que não forem reprovados alcancem uma elevada pontuação nos aludidos exames (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2012a), nem a aprovação maciça dos estudantes sem atender a um parâmetro mínimo de aprendizado.

O IDEB funciona como um indicador estratégico que reúne, a um só tempo, dois padrões de qualidade: rendimento e desempenho escolares. Do Censo Escolar é retirada a taxa média de aprovação das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental; dos exames padronizados é retirada a pontuação média dos estudantes em cada etapa avaliada; a taxa de proficiência é dada pela média obtida nos exames padronizados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e seu respectivo Desvio Padrão, sendo calculados os limites inferior e superior. (FERNANDES, 2007b). Tal explicação se expressa algebricamente pela seguinte fórmula: $IDEB_{ji} = N_{ji} \times P_{ji}$; $0 \leq N_{ji} \leq 10$; $0 \leq P_{ji} \leq 1$; $0 \leq IDEB_{ji} \leq 10$. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2012b).

Conforme expresso em linguagem matemática, a nota do IDEB varia de 0 a 10. A meta compromissada por todos os Municípios do Brasil é que o IDEB seja, em média, 6,0⁴ até 2021, data emblemática, simbólica e subjetivamente escolhida

por anteceder às comemorações pelo bicentenário da Independência do País.

A configuração exposta logo acima implica dizer que o sistema avaliativo do IDEB é limitado como ferramenta de comparação entre a qualidade de ensino nacional e de outros países, vez que a compatibilização matemática entre o SAEB e o PISA traz consigo incoerências estruturais como apontado pelo INEP (2012c):

Outra limitação que deve ser considerada está relacionada às diferenças existentes nas matrizes de referência, especialmente na prova de Leitura, que no SAEB avalia os conhecimentos do aluno em ‘língua portuguesa’, com ênfase em leitura enquanto o PISA avalia a ‘capacidade de leitura’ de forma a contemplar todos os países participantes.

Outra crítica acerca do IDEB é que ele não tem como garantir que todos os alunos progredam em permanente elevação da nota. Assim, é possível que muitos melhorem suas proficiências enquanto outros tantos podem ficar abaixo da expectativa que, mesmo assim, a média do IDEB dessa escola será elevada. Isto pode produzir escolas com aprendizagem polarizada, onde alguns sabem muito e outros, muito pouco.

Por fim, o cálculo do IDEB não leva em consideração alguns fatores implícitos que influenciam na sua evolução. Há muitos outros fatores que influenciam no desempenho e no rendimento escolares, como por exemplo: abusos domésticos⁵, transporte escolar da má qualidade ou inexistente, docentes desqualificados ou desinteressados, falta de incentivo ao estudo no ambiente doméstico, gravidez na adolescência, entre outros fatores que corroboram para a instabilidade no lar e, conseqüentemente, na vida escolar também. Estas circunstâncias não entram na fórmula meramente matemática do IDEB.

Mesmo não estando isento de críticas, o índice em questão é um único atualmente calculado em nível nacional a partir de informações confiáveis e que incorpora o resultado da aplicação de avaliações dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes brasileiros. As avaliações aplicadas são padronizadas em todo o Brasil, nivelando os testes a que são submetidos os estudantes em todo o território. Estas características fazem do IDEB o melhor parâmetro disponível para aferir a qualidade do ensino, admitindo que, se um percentual satisfatório dos alunos adquire os conhecimentos esperados e avança até o fim da vida escolar, o sistema educacional está ofertando serviços de qualidade uniformemente.

O IDEB é divulgado pelo INEP de dois em dois anos, desde o ano de 2005, e passou a ser

um indutor de Políticas Públicas de Educação ou de Ações Educacionais conclamando à mobilização social pela melhoria da Educação Básica, mediante ações de assistência técnica e financeira.

3 AUMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

Há estudos constatando que o Estado, em todas as suas esferas de Poder, tem aumentado a destinação de recursos públicos para a Educação. Abrahão (2005, p. 847) demonstrou que os gastos em Educação, pelas três esferas de governo, tiveram uma ampliação e ganho de importância, em termos relativos, no período transcorrido de 1995 a 2002, quando saíram de 3,90% para 4,31% do PIB.

Informações do Balanço do Setor Público Nacional (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2012) demonstram que os gastos com Educação em 2009 foram de R\$169.190.490.155,97, correspondendo a 5,38% do PIB, e em 2010 totalizaram R\$192.771.827.297,70, correspondendo a 5,25% do PIB. Movimento semelhante ocorreu nos Municípios maranhenses.

Tomou-se como referência o período de 2006 a 2009, posto que apesar de haver dados disponíveis sobre gastos com educação no SIOPE⁶ de 2006 a 2011 segregados por Município, o valor do Produto Interno Bruto (PIB) de cada Município divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) só está disponível até o ano de 2009. Incluindo todos os Municípios do Estado do Maranhão, mesmo aqueles de não enviaram integralmente informações ao SIOPE em cada ano, foi possível construir os dados totalizados dos Municípios do Maranhão apresentados na tabela 1.

A Tabela 1 mostra que os Municípios do Maranhão, em conjunto, aumentaram significativamente as despesas com o ensino. No ano de 2008 a evolução parece ter sido interrompida, contudo deve ser observado que o PIB dos Municípios maranhenses, nesse ano, teve um aumento de mais de 22%, repercutindo no percentual calculado. Em 2009, os valores das despesas com Educação retomaram o crescimento em velocidade idêntica ao início do período verificado, mesmo com o aumento do PIB, confirmando a tendência de incremento dos gastos com Educação.

Verificando individualmente cada Município

maranhense constata-se que todos eles, sem exceção, elevaram o valor absoluto dos gastos com Educação entre 2006 e 2010⁷.

O aumento dos valores absolutos dos gastos com Educação, contudo, pode não significar disponibilidade de mais recursos para ampliação e melhoria do sistema educacional municipal, posto que o número de alunos da rede também se modifica no decorrer dos anos. Havendo mais alunos, é evidente, há necessidade de mais recursos para a manutenção da estrutura da rede municipal nos mesmos patamares. Mais alunos exigem mais professores, mais salas de aula, mais material didático, mas merenda escolar, mais veículos de transporte, mais fardamento, etc.

Dados do Ministério da Educação demonstram que no conjunto dos Municípios maranhenses não houve incremento dos números de alunos da rede municipal de ensino entre 2006 e 2010, segundo resume a Tabela 2.

Dos 217 Municípios maranhenses, somente em 46 o número de alunos entre 2006 e 2010 aumentou, sendo que o Município de Itapecuru-Mirim foi o que apresentou maior aumento do número de alunos, crescendo 2.051 alunos à sua rede de ensino. O Município de Caxias foi aquele que teve maior redução no número de alunos nas escolas municipais, perdendo 4.847 alunos, de um total de 171 Municípios cujo número de alunos diminuiu entre 2006 e 2010. Nenhum Município manteve o mesmo número de alunos no período.

Tabela 2 - Quantidade de alunos dos Municípios do Maranhão por ano

Ano	Número de alunos das escolas dos Municípios do Maranhão
2006	1.440.907
2007	1.378.056
2008	1.374.239
2009	1.360.313
2010	1.327.871

Fonte: INEP/MEC.

A partir do cruzamento dos valores gastos com Educação, por Município, com o número de alunos da rede municipal de ensino de cada Município, é possível apontar a relação gasto por aluno, que indica quantos reais, em média, foram despendidos

Tabela 1 - Relação entre os gastos com educação e o PIB dos Municípios do MA

Ano	Despesas dos Municípios do Maranhão com ensino	PIB dos Municípios do Maranhão	Percentual do PIB
2006	1.255.662.360,86	28.620.246.000,00	4,38
2007	1.645.559.432,77	31.606.026.000,00	5,20
2008	1.969.006.761,35	38.486.010.000,00	5,11
2009	2.384.510.352,72	39.854.677.000,00	5,98

Fonte: SIOPE/FNDE e IBGE.

para cada aluno existente nas escolas municipais durante um ano. Ao proceder tal operação verifica-se que também desta perspectiva houve significativo aumento. Elaborando uma tabela que apresenta a média de reais gastos por aluno/ano do conjunto dos Municípios do Maranhão, chegou-se aos seguintes valores apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Média de despesa anual por aluno dos Municípios do Maranhão

Ano	DESPESA POR ALUNO (R\$/ALUNO)
2006	871,44
2007	1.194,12
2008	1.432,80
2009	1.752,91
2010	1.842,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vê-se que de 2006 a 2010 houve sucessiva elevação do valor gasto anualmente por aluno e, ao fim do período, o percentual de aumento foi de 219%. Mesmo nos 46 Municípios nos quais se verificou o aumento da quantidade de alunos, o valor do gasto por aluno não sofreu decréscimo. Neste grupo a média do gasto por aluno em 2006 foi de R\$ 887,21, em 2007 foi de R\$ 1.192,88, em 2008 foi de R\$ 1.325,47, em 2009 foi de R\$ 1.627,92 e em 2010 chegou a R\$ 1.730,02. Portanto, a elevação neste grupo foi de 207% entre 2006 e 2010, inferior à média do conjunto de todos os Municípios, porém significativa, posto que o valor mais que triplicou no intervalo de cinco anos, conquanto tenha ocorrido o aumento na quantidade de alunos.

Os levantamentos demonstram que todos os Municípios do Estado do Maranhão elevaram significativamente o montante dos recursos destinados ao ensino nas suas respectivas redes. Independentemente de ter ocorrido elevação na quantidade de alunos, os valores declarados pelos Municípios como aplicados em Educação evoluiu ano após ano no período de 2006 a 2010, mantendo a média dos gastos por aluno também em movimento ascendente.

Isto traduz que os Municípios do Estado do Maranhão investiram em Educação entre 2006 e 2010, canalizando cada vez mais recursos para esta área.

4 EVOLUÇÃO DO IDEB DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

A primeira elaboração e divulgação do IDEB ocorreu no ano de 2006 e se refere aos dados coletados e avaliações aplicadas no ano de 2005. Esta primeira formulação funciona como linha de base ou referencial para a verificação bianual da qualidade do ensino no Brasil. Nos anos seguintes foi divulgado o IDEB referente a 2007 e 2009. O

IDEB de 2011, até então, ainda não foi divulgado.

Este período coincide com o acima analisado dos gastos municipais. O IDEB de 2005 estabeleceu a situação do ensino nos Municípios maranhenses. Os gastos com Educação realizados em 2006 e 2007 teriam repercussão no IDEB de 2007. Do mesmo modo, as despesas com educação efetuadas em 2008 e 2009 impactariam no IDEB de 2009.

O Ministério da Educação mantém um sítio eletrônico⁸ contendo todas as informações sobre o IDEB. Deste, pode-se extrair a nota das escolas da rede municipal de cada município brasileiro. O IDEB é segmentado, havendo um valor para o 5º ano e outro para o 9º ano do ensino fundamental, isto porque são aplicadas duas avaliações diferentes, uma para cada ano do ensino fundamental mencionado. Colheu-se e utilizou-se na pesquisa a nota atribuída ao 9º ano por retratar a situação do último ano do ensino fundamental e também para permitir o confronto com os gastos municipais com o ensino fundamental, gastos estes que não são fracionados até o 5º ano, apenas informados em sua totalidade, abrangendo todos os anos do ensino fundamental.

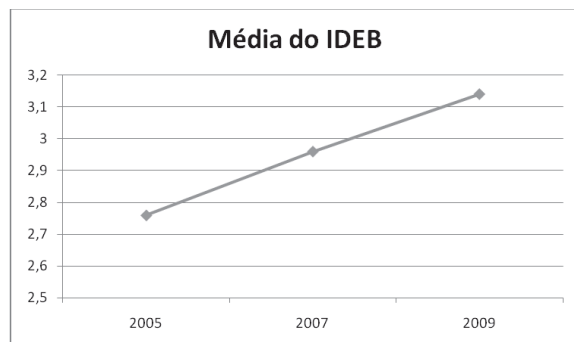
Na tabulação das notas do IDEB houve necessidade de excluir 46 Municípios maranhenses em razão de não haver informação da nota destes em todos os três anos divulgados. Assim sendo, foi verificada a evolução do IDEB dos 171 Municípios maranhenses que se submeteram às avaliações do MEC, representando uma suficiente amostragem para construir um cenário do ensino municipal no Maranhão. No universo de 171 Municípios constata-se que:

- a) 113 Municípios melhoraram a nota do IDEB em 2007 com relação a 2005;
- b) 123 Municípios melhoraram a nota do IDEB em 2009 com relação a 2007;
- c) 57 Municípios melhoraram a nota do IDEB em 2007 e em 2009;
- d) 10 Municípios pioraram a nota do IDEB em 2007 e em 2009.

Considerando que o IDEB é o indicador que mede a melhoria da qualidade do ensino, observou-se que somente em 57 Municípios do Maranhão, ou 26% do total considerado, conseguiram melhorar a educação em sua rede de escolas no decorrer de quatro anos. Dos 113 Municípios do Estado que melhoram a qualidade do ensino em 2007, 56 – praticamente a metade deles – não foi capaz de manter a melhoria do ensino no biênio seguinte. Outros 66 Municípios só alcançaram melhoria na qualidade do ensino após quatro anos, quando avaliados em 2009. Por fim, constatou-se que em 10 Municípios, equivalente a 4,6% dos Municípios maranhenses, o ensino perdeu qualidade.

A nota média do IDEB do conjunto de todos os 171 Municípios incluídos no levantamento evoluiu conforme representado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução da média do IDEB dos Municípios do Maranhão



Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira nota do IDEB divulgada referente a 2005 foi de 2,76 na média das redes de ensino municipal do Maranhão. A última média, de 2009, chegou a 3,14, representando uma melhoria percentual da ordem de 13,76%. Dessa forma, admitindo que o IDEB quantifica a qualidade do ensino, pode-se concluir que no Maranhão o ensino público municipal teve uma melhoria acumulada em quatro anos de pouco mais de um décimo, se comparado ao seu estágio inicial.

5 IMPACTO DOS GASTOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES NA EVOLUÇÃO DO IDEB

Demonstrado o aumento dos gastos dos Municípios do Maranhão com Educação e, em seguida, a evolução da nota do IDEB dos mesmos Municípios, observou-se que, em média, o volume dos gastos com Educação foi acrescido em 219%, ao passo que a nota do IDEB teve uma elevação média de apenas 13,76%. É possível afirmar que não há relação direta entre o aumento do gasto com educação e a melhoria da qualidade do ensino nos Municípios do Maranhão.

Toma-se como exemplo o Município de Matões, que aplicou 658% mais recursos em Educação em 2010 que em 2006. Neste Município o gasto por aluno em 2006 era de R\$285,26 e em 2010 foi de R\$1.877,16. De outra parte, a nota do IDEB deste ente da Federação que em 2005 era 2,5, em 2007 subiu para 2,8 e em 2009 manteve-se. Neste exemplo o município que apresentou o maior aumento de gastos por aluno no Maranhão não obteve elevação expressiva do índice de qualidade do ensino, não guardando qualquer proporção com os dispêndios em Educação.

Na Tabela 4, abaixo, fica evidente que a proporção do aumento de gastos por aluno é díspar em relação à nota do índice que mede a qualidade do ensino. Foram compilados os dados de cada um dos 17 Municípios maranhenses que disponibilizaram integralmente as informações no período analisado.

Complementarmente, foi calculado quantos

reais por aluno cada Município teve que aplicar na Educação para obter um acréscimo de 0,1 (um décimo) na nota do IDEB. Assim como se projetou quantos reais por aluno, em média, o Município deverá aplicar anualmente para alcançar a nota do IDEB, proposta no programa Compromisso Todos pela Educação para o ano de 2021.

Observou-se que nenhum Município melhorou a nota do IDEB na mesma proporção do aumento dos gastos com Educação. O desempenho mais satisfatório foi o do Município de Nova Colinas, cujo aumento do gasto com Educação foi de 165% no período verificado e a nota do IDEB foi elevada em aproximadamente 87%.

Os dados revelam que todos os Municípios do Maranhão realizaram despesas crescentes na área de educação entre 2006 e 2010. Todavia, somente 26% dos Municípios conseguiram ter uma melhoria continuada da qualidade do ensino. Outros 4,6% dos Municípios maranhenses, a despeito de também terem aumentado seus gastos com Educação, apresentaram piora continuada na qualidade do ensino.

Outrossim, ainda que aplicar mais recursos determinasse a elevação da nota do IDEB, mantendo-se o desempenho do quadriênio analisado, cada Município deveria aumentar continuamente os gastos com educação em ritmo incompatível com as disponibilidades de recursos para alcançar a meta proposta da qualidade de ensino.

6 CONCLUSÃO

Considerada a relação entre o IDEB e os gastos dos Municípios Maranhenses com Educação, notou-se não haver evidências de que o aumento dos recursos aplicados na Educação influenciam decisivamente na elevação da qualidade do ensino. O percentual equivalente a apenas um quarto dos Municípios ter obtido melhora na nota do IDEB, na verdade, qualifica tal ocorrência como uma exceção.

Diante das evidências acima, surge o seguinte questionamento: por que, embora os Municípios do Maranhão gastem cada vez mais em Educação, a qualidade do ensino de suas redes não melhora?

A qualidade do ensino é uma totalidade complexa e contraditória, influenciada não apenas pelo volume da aplicação financeira em Educação, mas também por outros fatores sociais, que geram a necessidade de políticas públicas inter-relacionadas, ou seja, a política de Educação associada à política de Saúde, à política de Segurança Pública, à política Habitacional, à política de Qualificação Profissional, etc. Isto porque são necessárias políticas públicas intersetorializadas já que

O grande desafio está na limitada mediação entre os interesses da criança/adolescente e os jogos de poder dos gestores das políticas públicas, em função da escassa

Tabela 4 - Relação entre os gastos públicos dos Municípios - Maranhenses com Educação e o IDEB

MUNICÍPIO	DESPESA POR ALUNO (R\$/ALUNO)					IDEB			EVOLUÇÃO DO IDEB		RELAÇÃO AUMENTO DE GASTO/AUMENTO DO IDEB (R\$/ALUNO/DÉCIMO)		
	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2007	2009	2007	2009	2006-2007	2008-2009	Anual até 2021
Acailândia	980,60	1274,17	1454,99	1752,69	2087,67	2,9	3,3	3,6	0,4	0,3	73,39	159,50	126,15
Água Doce do Maranhão	811,94	1120,45	1443,90	1695,88	1978,51	3,1	3,8	3,5	0,7	-0,3	44,07	0,00	413,00
Aldeias Altas	778,94	1060,81	1456,03	1754,26	1765,30	2,5	2,2	2,7	-0,3	0,5	0,00	138,69	315,42
Alto Alegre do Maranhão	900,18	1170,45	1286,51	1637,46	1668,02	2,5	2,9	2,8	0,4	-0,1	67,57	0,00	378,66
Alto Alegre do Pindaré	745,79	1154,15	1061,96	1645,71	1800,62	3,8	3,9	4,5	0,1	0,6	408,36	81,93	265,57
Alto Parnaíba	889,66	1219,89	1580,15	1488,45	1869,00	2,5	2,3	2,5	-0,2	0,2	0,00	134,28	387,09
Amarante do Maranhão	696,30	1061,54	1128,66	1525,34	1704,48	2,8	3,1	3,1	0,3	0	121,75	0,00	86,24
Anajatuba	646,67	1082,00	1450,87	1658,35	1755,86	2,5	3,2	3,5	0,7	0,3	62,19	192,12	105,96
Anapurus	1052,68	1091,71	1594,65	1294,69	1871,71	2,1	2,8	3,1	0,7	0,3	5,58	67,66	30,52
Apicum-açu	725,91	1046,84	1353,56	1664,06	1649,67	3	3,6	3,2	0,6	-0,4	53,49	0,00	503,03
Araguanã	884,58	1129,62	2657,78	1036,46	2042,15	2,7	3	3	0,3	0	81,68	0,00	57,86
Araioses	616,69	932,85	1245,46	2179,74	1849,68	2,8	3,2	3	0,4	-0,2	79,04	0,00	994,45
Arame	752,43	1195,38	1276,02	1420,34	1667,02	3,2	3	3,3	-0,2	0,3	0,00	74,99	410,04
Arari	114,99	1263,23	1426,35	1689,98	1913,32	2,9	2,7	3,3	-0,2	0,6	0,00	71,12	812,91
Bacabal	1002,99	1394,29	1507,12	1710,54	2009,34	2,8	2,6	3,5	-0,2	0,9	0,00	35,14	230,98
Bacabeira	1000,88	1153,77	1681,55	2067,14	2201,30	3	2,7	3	-0,3	0,3	0,00	304,46	381,12
Bacuri	919,53	993,93	1390,94	1634,76	1811,73	2,3	2,8	3	0,5	0,2	14,88	320,42	181,62
Bacurituba	1172,17	1087,73	1412,68	1569,08	1820,82	3	4,4	3,3	1,4	-1,1	0,00	0,00	340,96
Barra do Corda	820,10	1252,82	1331,97	1616,41	1930,59	3,4	2,9	3,3	-0,5	0,4	0,00	90,90	458,16
Barreirinhas	805,40	918,30	1334,87	1533,88	1573,82	3,1	2,9	3	-0,2	0,1	0,00	615,58	637,42
Bela Vista do Maranhão	761,73	1171,02	1415,87	1761,25	1988,76	3,1	2,1	3,9	-1	1,8	0,00	32,79	221,04
Belágua	789,78	1104,64	1537,10	1640,07	1967,22	2,7	3	2,7	0,3	-0,3	104,95	0,00	533,65
Benedito Leite	1304,60	1735,86	1719,70	1786,17	2449,74	2,5	4,3	3,6	1,8	-0,7	23,96	0,00	27,85
Bequimão	853,60	1266,48	1376,15	1474,96	1781,27	2,8	2,8	2,6	0	-0,2	0,00	0,00	0,00
Boa Vista do Gurupi	780,64	1083,99	1402,64	1481,79	1921,29	3,1	2,2	3,6	-0,9	1,4	0,00	28,41	207,36
Bom Jardim	970,79	1310,46	1315,30	1515,16	1723,81	2,6	3,1	3,4	0,5	0,3	67,93	68,24	68,08
Bom Jesus das Selvas	855,13	1101,50	1340,44	1594,04	1721,55	3,1	2,9	3,2	-0,2	0,3	0,00	164,18	325,02
Bom Lugar	1015,63	1386,01	1630,33	1578,83	1830,76	3,2	2,7	2,9	-0,5	0,2	0,00	96,41	447,34
Brejo	802,24	1022,48	1529,43	1621,65	1779,65	2,5	2,4	3	-0,1	0,6	0,00	99,86	200,07
Brejo de Areia	683,53	1222,14	1392,44	1297,85	1684,34	2,9	3,1	3,3	0,2	0,2	269,31	37,85	204,77
Buriti	776,17	963,68	1249,37	1525,69	1741,61	2,6	3,2	3,2	0,6	0	31,25	0,00	18,23
Buriti Bravo	968,12	1002,00	1461,26	1750,99	1809,37	3,1	2,7	2,8	-0,4	0,1	0,00	748,98	750,25
Buriticupu	897,09	1079,88	1359,91	1563,70	1662,92	3	3,5	3,3	0,5	-0,2	36,56	0,00	368,60
Buritirana	819,57	1409,28	1393,93	1615,92	1716,15	2,8	2,5	3,2	-0,3	0,7	0,00	29,52	412,82
Cachoeira Grande	973,92	1014,83	1642,73	1516,64	1768,27	2,3	2,6	2,7	0,3	0,1	13,64	501,81	343,63
Campestre do Maranhão	914,97	1457,14	1607,99	1670,03	1524,14	2,7	3,4	3,1	0,7	-0,3	77,45	0,00	193,56
Cantanhede	872,59	1108,67	1555,98	1413,54	1999,04	2,3	2,7	2,7	0,4	0	59,02	0,00	39,35
Carolina	941,25	1115,56	1470,47	1810,46	2067,94	3,3	3,4	3,7	0,1	0,3	174,31	231,63	270,63
Caxias	847,59	1313,08	2106,29	1883,86	1896,48	2,4	2,6	3,1	0,2	0,5	232,74	114,16	187,90
Central do Maranhão	815,66	1164,74	1562,41	1894,05	1935,34	2,7	2,3	3	-0,4	0,7	0,00	104,19	321,06
Centro do Guilherme	953,65	1341,79	1440,09	1520,43	1625,26	2,8	2,4	3,3	-0,4	0,9	0,00	19,85	254,99
Chapadinha	629,26	881,94	1258,71	1577,68	1600,94	2,8	3,1	3,2	0,3	0,1	84,23	695,74	519,98
Cidelândia	851,05	1317,29	1283,36	1754,21	1957,53	2,9	3,4	3,3	0,5	-0,1	93,25	0,00	353,44

Continuação

MUNICÍPIO	DESPESA POR ALUNO (R\$/ALUNO)					IDEB			EVOLUÇÃO DO IDEB		RELAÇÃO AUMENTO DE GASTO/AUMENTO DO IDEB (R\$/ALUNO/DÉCIMO)		
	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2007	2009	2007	2009	2006-2007	2008-2009	Anual até 2021
Codó	940,10	1092,46	1290,47	1563,85	1762,61	2,8	3	3,1	0,2	0,1	76,18	471,39	387,86
Coelho Neto	935,18	1302,53	1361,18	1537,90	1817,21	2,3	2,5	3	0,2	0,5	183,67	47,08	124,99
Colinas	932,10	978,24	1303,25	1725,13	1796,12	2,7	3	3,2	0,3	0,2	15,38	373,45	243,02
Conceição do Lago-Açu	789,26	1124,51	1231,98	1964,89	1639,08	2,4	2,6	2,7	0,2	0,1	167,62	840,38	714,00
Coroatá	794,78	945,32	1342,34	1383,65	1661,27	2,4	3	3,4	0,6	0,4	25,09	109,58	56,11
Cururupu	703,64	998,89	1024,03	1543,02	2118,20	2,5	3,2	3,8	0,7	0,6	42,18	90,69	38,75
Davinópolis	786,23	1028,19	1096,61	1769,14	1566,69	2,9	2,8	2,8	-0,1	0	0,00	0,00	0,00
Dom Pedro	710,48	993,33	1251,71	2656,27	1675,21	2,6	3,8	3,7	1,2	-0,1	23,57	0,00	632,44
Estreito	726,42	888,36	1319,41	1814,63	2190,18	2,3	2,7	3,4	0,4	0,7	40,49	132,32	64,80
Feira Nova do Maranhão	1021,69	1292,89	1444,92	1623,83	1885,07	2,6	3,1	3,4	0,5	0,3	54,24	110,31	82,28
Fernando Falcão	897,63	1053,44	1357,56	1378,42	2225,52	3,4	3,7	3,4	0,3	-0,3	51,94	0,00	314,10
Formosa da Serra Negra	1049,69	1166,31	1482,38	1365,19	1720,47	2,9	3,5	3,3	0,6	-0,2	19,44	0,00	145,54
Fortuna	843,17	1240,64	1480,95	1524,33	1725,27	2,4	3	3,3	0,6	0,3	66,25	94,56	73,70
Governador Archer	1009,96	963,74	1208,00	1638,88	2019,84	3,3	3,2	3,4	-0,1	0,2	0,00	337,57	230,65
Governador Edison Lobão	878,57	3777,62	1562,19	1667,87	1693,32	2,9	3,1	3,5	0,2	0,4	1449,53	0,00	845,56
Governador Eugênio Barros	827,83	1243,43	1386,56	1517,40	1935,41	2,8	2,5	2,7	-0,3	0,2	0,00	136,99	483,51
Governador Nunes Freire	982,54	1122,79	1387,52	1517,17	1619,19	2,8	3	3	0,2	0	70,13	0,00	52,60
Graça Aranha	1387,22	1252,58	1557,15	1546,32	2068,06	2,1	2,7	2,9	0,6	0,2	0,00	146,87	73,43
Grajaú	683,65	1120,52	1364,10	1586,42	1699,37	2,6	3	3	0,4	0	109,22	0,00	72,81
Humberto de Campos	707,74	983,21	1256,47	1532,81	1631,29	2,4	2,4	2,8	0	0,4	0,00	137,40	91,60
Icatu	778,99	1221,99	1300,95	1560,80	1665,39	2,7	2,9	3,8	0,2	0,9	221,50	37,65	97,18
Igarapé do Meio	852,07	1157,17	1509,95	1873,68	1872,85	3,4	4,4	3,1	1	-1,3	30,51	0,00	715,89
Imperatriz	919,53	1321,35	1469,35	1968,87	1937,58	3,4	3,4	3,9	0	0,5	0,00	129,50	80,94
Itaipava do Grajaú	717,80	1209,13	1066,17	1462,11	1615,25	2,5	3,4	2,7	0,9	-0,7	54,59	0,00	230,68
Itapecuru-mirim	842,79	1158,24	1288,00	1538,14	1763,56	2,8	2,9	3,4	0,1	0,5	315,44	75,98	228,33
Itinga do Maranhão	868,97	1232,20	1501,75	1704,00	1702,91	3,2	3,6	3,2	0,4	-0,4	90,81	0,00	468,84
Jatobá	900,62	1229,38	1621,22	1540,80	1735,68	1,9	2,3	2,9	0,4	0,6	82,19	51,90	55,87
Jenipapo dos Vieiras	985,82	1284,15	1557,39	1784,40	2176,14	2,9	3,4	3,4	0,5	0	59,67	0,00	37,29
João Lisboa	880,49	1056,62	1461,69	1931,82	2092,50	3	3,5	3,8	0,5	0,3	35,22	291,73	163,48
Junco do Maranhão	937,95	1520,00	1638,92	1456,90	1671,31	2,5	3,3	3,3	0,8	0	72,76	0,00	36,38
Lago da Pedra	700,44	940,48	1340,23	1707,65	1561,30	2,6	2,7	3	0,1	0,3	240,04	255,72	330,51
Lago do Junco	905,49	1082,65	1564,93	2456,11	1847,77	3,8	3,5	3,7	-0,3	0,2	0,00	686,73	755,90
Lago dos Rodrigues	651,70	1326,51	1206,16	1907,01	1883,09	3,1	2,7	2,9	-0,4	0,2	0,00	290,25	884,64
Lago Verde	793,58	1122,60	1298,20	1362,90	1774,33	2,4	2,4	2,7	0	0,3	0,00	80,10	56,74
Lagoa do Mato	885,41	1894,74	1537,69	1509,07	1789,40	3,3	3	3,9	-0,3	0,9	0,00	0,00	0,00
Lagoa Grande do Maranhão	913,72	1322,02	1402,88	1434,17	1403,64	2,9	2,6	2,7	-0,3	0,1	0,00	112,15	477,08
Lajeado Novo	946,00	1198,52	1444,42	1853,51	1953,54	2,9	2,9	3,3	0	0,4	0,00	163,75	109,16
Lima Campos	890,34	1341,69	1361,01	1981,27	1869,95	1,9	2,7	2,4	0,8	-0,3	56,42	0,00	434,99
Loreto	803,52	1136,90	1499,70	1655,25	1823,87	3,6	3,3	3,5	-0,3	0,2	0,00	259,17	518,48
Maracaçumé	836,72	1035,59	865,60	1430,12	1779,22	3,1	3	2,9	-0,1	-0,1	0,00	0,00	0,00
Marajá do Sena	922,49	836,41	1552,83	1189,11	1831,46	2,5	2	1,8	-0,5	-0,2	0,00	0,00	0,00
Maranhãozinho	780,90	1094,46	1516,26	1701,61	1687,94	2,8	2,8	3,6	0	0,8	0,00	75,89	37,95
Mata Roma	746,91	878,19	1419,82	1710,51	1818,21	2,6	2,9	3,2	0,3	0,3	43,76	277,44	187,37

Continuação

MUNICÍPIO	DESPESA POR ALUNO (R\$/ALUNO)					IDEB			EVOLUÇÃO DO IDEB		RELAÇÃO AUMENTO DE GASTO/AUMENTO DO IDEB (R\$/ALUNO/DÉCIMO)		
	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2007	2009	2007	2009	2006-2007	2008-2009	Anual até 2021
Matinha	750,97	1255,17	1366,76	1593,56	2023,69	2,3	2,7	2,6	0,4	-0,1	126,05	0,00	328,98
Matões	285,26	1069,31	1310,98	1618,61	1877,16	2,5	2,8	2,8	0,3	0	261,35	0,00	185,12
Matões do Norte	796,89	1044,05	1327,01	1428,22	1857,06	3,2	2,9	3,7	-0,3	0,8	0,00	48,02	184,49
Milagres do Maranhão	1100,49	1504,20	1400,72	1457,06	1607,24	2,2	2,4	2,9	0,2	0,5	201,85	0,00	109,34
Mirador	850,29	1400,87	2044,08	1504,22	1978,77	2,4	2,5	2,4	0,1	-0,1	550,59	0,00	544,94
Miranda do Norte	1024,61	1013,18	1265,88	1411,24	1683,68	2,6	3,6	3,2	1	-0,4	0,00	0,00	0,00
Mirinzal	969,87	1097,17	1432,94	1815,23	1920,14	2,9	2,9	3,1	0	0,2	0,00	359,03	269,27
Monção	750,84	1184,90	1203,89	1913,68	1807,36	2,3	3,1	3,2	0,8	0,1	54,26	728,77	358,89
Montes Altos	822,37	1430,90	1229,70	1481,52	1877,05	3,4	3,8	4	0,4	0,2	152,13	25,31	103,51
Morros	783,47	1008,77	1432,73	1586,84	2024,78	3	2,6	2,3	-0,4	-0,3	0,00	0,00	0,00
Nova Colinas	1038,28	1111,35	1481,47	1737,72	1709,11	2,2	4,1	3,9	1,9	-0,2	3,85	0,00	78,78
Nova Olinda do Maranhão	907,48	1153,70	1469,87	1715,06	1833,44	2,6	3	3,3	0,4	0,3	61,56	187,12	134,70
Oiinda Nova do Maranhão	809,87	1284,29	1481,98	1680,09	1653,08	2,9	2,3	3,1	-0,6	0,8	0,00	49,48	392,92
Paraibano	804,71	1406,74	1527,65	1614,86	1621,31	2,2	2,8	3,1	0,6	0,3	100,34	69,37	77,78
Pastos Bons	914,29	1083,57	1445,43	1566,30	1642,57	2,7	2,8	2,8	0,1	0	169,28	0,00	134,01
Paulino Neves	673,15	1108,53	1411,81	1512,20	1674,26	2,7	3,1	3,5	0,4	0,4	108,85	100,92	104,88
Pedreiras	874,43	1092,03	1384,35	1628,58	1541,40	2,5	2,7	3,2	0,2	0,5	108,80	107,31	117,06
Pedro do Rosário	650,59	983,07	1357,01	1808,44	1954,77	2,6	2,4	3	-0,2	0,6	0,00	137,56	313,36
Penalva	802,10	1093,66	1169,41	1434,29	1456,20	2,4	2,6	2,8	0,2	0,2	145,78	170,32	210,73
Peri Mirim	951,04	1460,22	1598,31	1821,09	2113,34	3,5	3	3,6	-0,5	0,6	0,00	60,14	450,72
Pindaré-Mirim	617,90	1031,76	1268,33	1694,04	1990,48	2,7	3,5	3,7	0,8	0,2	51,73	331,14	159,53
Pinheiro	912,55	1101,00	1467,83	1715,94	1803,06	2,7	2,9	3,4	0,2	0,5	94,22	122,99	117,66
Pirapemas	910,94	1205,49	1539,22	1395,68	1785,06	2,2	2,3	3,1	0,1	0,8	294,55	23,77	145,90
Poção de Pedras	985,11	1229,32	1646,38	1573,38	1980,22	3,5	4,2	3,1	0,7	-1,1	34,89	0,00	378,95
Porto Franco	1262,90	1422,64	1490,94	1776,96	1708,67	3,5	3,9	4	0,4	0,1	39,94	354,33	246,41
Presidente Dutra	907,45	1113,06	1500,39	2252,10	1945,10	2,6	2,6	3,2	0	0,6	0,00	189,84	110,74
Presidente Juscelino	898,75	1339,14	1481,51	1760,61	2079,52	2,8	2,6	2,8	-0,2	0,2	0,00	210,73	542,60
Presidente Médici	799,02	1269,65	1338,07	1902,85	1920,69	2,7	3	3,2	0,3	0,2	156,87	316,60	295,92
Presidente Sarney	771,89	1212,64	1272,45	1596,96	1602,51	2,7	2,5	3	-0,2	0,5	0,00	76,86	366,64
Raposa	791,28	955,66	1459,87	1616,29	1642,59	2,7	3,5	3,5	0,8	0	20,55	0,00	10,27
Ribamar Fiquene	910,98	1397,50	1390,60	1735,00	1982,23	3,3	3,3	3	0	-0,3	0,00	0,00	0,00
Ricahão	910,14	1229,02	1459,38	1696,20	1941,60	3,1	2,8	3,2	-0,3	0,4	0,00	116,79	344,91
Rosário	1017,43	1952,41	1964,98	1650,64	1841,84	2,2	2,2	2,7	0	0,5	0,00	0,00	0,00
Santa Filomena do Maranhão	792,18	2054,35	1521,65	1415,88	1758,33	2	2,7	3	0,7	0,3	180,31	0,00	75,13
Santa Helena	750,54	983,60	1458,36	1363,62	1789,68	2,2	2,7	2,2	0,5	-0,5	46,61	0,00	355,53
Santa Inês	908,78	937,63	1327,97	1498,28	1704,39	2,8	2,9	3,4	0,1	0,5	28,85	112,13	82,24
Santa Luzia	710,47	892,52	1325,87	1450,81	1717,25	3	3	3,4	0	0,4	0,00	139,57	93,05
Santa Luzia do Paruá	778,02	1160,86	1350,08	1758,03	1897,64	3,1	2,7	3,7	-0,4	1	0,00	59,72	258,16
Santa Rita	809,14	1045,04	1485,21	2122,11	1811,23	2,3	3	3,5	0,7	0,5	33,70	215,41	83,04
Santana do Maranhão	917,29	1225,72	1410,50	1870,39	1960,79	2,7	3,3	3,6	0,6	0,3	51,40	214,89	122,05
Santo Antônio dos Lopes	907,59	888,80	1319,64	1548,78	2293,60	3,1	3	3	-0,1	0	0,00	0,00	0,00
São Bento	769,10	1270,93	1397,16	1619,05	1985,83	2,8	2,9	3,4	0,1	0,5	501,83	69,62	333,35

Continuação

MUNICÍPIO	DESPESA POR ALUNO (R\$/ALUNO)					IDEB			EVOLUÇÃO DO IDEB		RELAÇÃO AUMENTO DE GASTO/AUMENTO DO IDEB (R\$/ALUNO/DÉCIMO)		
	2006	2007	2008	2009	2010	2005	2007	2009	2007	2009	2006-2007	2008-2009	Anual até 2021
São Bernardo	848,06	1179,86	1366,88	1782,06	1849,74	2,8	2,9	2,8	0,1	-0,1	331,81	0,00	778,34
São Domingos do Maranhão	879,74	1163,28	1501,23	3943,55	4032,32	3,1	3,3	3,1	0,2	-0,2	141,77	0,00	2435,04
São Francisco do Brejão	896,41	1049,43	1282,92	1614,28	1930,33	2,8	3,6	3,3	0,8	-0,3	19,13	0,00	364,98
São João Batista	742,21	1005,94	1385,33	1641,85	1957,44	2,6	2,6	2,8	0	0,2	0,00	317,95	238,47
São João do Sóter	1033,23	1829,07	1455,92	1591,39	1579,14	2,3	2,3	2,2	0	-0,1	0,00	0,00	0,00
São João dos Patos	948,92	1687,86	1482,51	1717,90	1847,20	2,3	2,8	3,1	0,5	0,3	147,79	10,01	78,90
São José dos Basílios	819,42	1115,25	1340,78	1286,82	1609,11	2,1	2,7	2,6	0,6	-0,1	49,30	0,00	138,05
São Luís	1441,70	1879,52	2502,14	3049,84	3728,30	2,9	3,5	4,1	0,6	0,6	72,97	195,05	89,34
São Mateus do Maranhão	985,36	1096,48	1220,26	1718,98	1644,73	2,6	2,8	2,6	0,2	-0,2	55,56	0,00	565,04
São Pedro da Água Branca	841,83	1444,02	1457,60	1601,89	1842,31	2,4	3	3,1	0,6	0,1	100,37	157,87	139,88
São Pedro dos Crentes	1227,91	1486,29	1683,07	1747,55	1971,97	3,3	3,7	3,3	0,4	-0,4	64,60	0,00	271,54
São Vicente Férrer	800,02	847,09	1415,33	2069,25	1610,54	2,4	2,1	2	-0,3	-0,1	0,00	0,00	0,00
Sítio Novo	862,56	1455,09	1375,44	1680,09	2004,13	2,4	3,2	2,9	0,8	-0,3	74,07	0,00	186,91
Sucupira do Riachão	1129,05	2003,50	1533,29	1670,19	1940,34	3,1	3,2	3,7	0,1	0,5	874,45	0,00	510,10
Tasso Fragoso	1067,21	1292,22	1659,15	2005,33	2247,16	3,1	2,9	2,9	-0,2	0	0,00	0,00	0,00
Timbiras	745,58	1111,70	1281,19	1604,85	1719,91	2,9	3,4	3,3	0,5	-0,1	73,23	0,00	377,58
Trizidela do Vale	830,83	1141,95	1383,69	1801,24	1950,95	3	3,2	3,5	0,2	0,3	155,56	219,76	234,58
Tufilândia	817,93	1349,47	1588,61	1732,27	1914,46	3	4	2,8	1	-1,2	53,15	0,00	399,62
Tuntum	735,71	899,92	1438,00	1528,92	1653,89	2,5	2,8	3,1	0,3	0,3	54,74	209,66	154,23
Turiação	785,09	1238,17	1482,85	1504,53	1993,24	2,5	2,6	3,2	0,1	0,6	453,08	44,39	269,47
Turilândia	752,31	1322,20	1274,02	1672,88	1700,06	2,4	2,8	2,5	0,4	-0,3	142,47	0,00	390,42
Tutóia	734,31	968,57	1331,59	1458,55	1618,52	2,9	3,3	3,3	0,4	0	58,56	0,00	39,04
Urbano Santos	803,09	967,99	1078,29	1739,21	2209,04	2,9	2,7	3	-0,2	0,3	0,00	257,07	334,06
Vargem Grande	851,00	906,10	884,47	1538,76	1800,65	3,1	3,3	3,6	0,2	0,3	27,55	210,89	149,02
Viana	486,57	314,88	1424,70	1835,55	1915,16	2,5	2,7	2,9	0,2	0,2	0,00	760,33	506,89
Vila Nova dos Martírios	1011,26	1257,95	1439,86	1482,46	1795,65	2,6	3,1	2,8	0,5	-0,3	49,34	0,00	205,39
Vitória do Mearim	750,52	1513,71	1681,41	1627,51	1814,46	2,6	2,7	2,7	0,1	0	763,19	0,00	604,19
Vitorino Freire	943,97	1199,83	1366,44	1682,40	1651,04	2,4	2,8	3	0,4	0,2	63,96	241,29	178,06
Zé Doca	797,10	1310,65	1208,30	1812,04	1634,66	2,7	3	3,4	0,3	0,4	171,18	125,35	160,62

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Na coluna 'RELAÇÃO AUMENTO DE GASTO/AUMENTO DO IDEB (R\$/ALUNO/DÉCIMO)' foi inserido R\$0,00 nos casos em que a nota do IDEB não melhorou.

articulação interinstitucional e baixo poder de mobilização dos beneficiários. (OLIVEIRA, 2011).

Outro aspecto que não pode ser desprezado é a qualidade do gasto público. Os Municípios maranhenses aplicaram muitos recursos em Educação, contudo esta aplicação não acarretou melhoria correspondente na qualidade do ensino, o que indica a utilização ineficiente do dinheiro público canalizado para ações das políticas locais de Educação. Além do aumento de recursos para a Educação, é preciso pensar a qualidade do ensino numa perspectiva que abranja insumos, clima e

cultura organizacional. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005. p. 20).

Recentemente foi noticiado que a comissão especial que analisou o Plano Nacional de Educação concluiu a votação do documento que vai nortear a educação brasileira pelos próximos dez anos, tendo sido estabelecida a meta de investir 10% do PIB Nacional em Educação ao fim dos próximos dez anos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012). Embora seja uma medida que favorece a Educação, não há indicativo de que terá o efeito de melhorar a qualidade do ensino, ao menos não na rede escolar dos Municípios do Maranhão. Estes Municípios estão superando o obstáculo da falta de recursos para

investir em Educação e é a qualidade dos gastos e a inter-relação com outros fatores sociais que se tornam a questão central da política educacional referente à Educação básica.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e gasto público da Educação Básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 841-858, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a07.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1039-1066, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a15.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão do PNE vota e define percentual do PIB para financiar a educação**. 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/CAMARA-HOJE/421094-COMISSAO-DO-PNE-VOTA-E-DEFINE-PERCENTUAL-O-PIB-PARA-FINANCIAR-A-DUCACAO.html>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 1. (Questões da Nossa Época, v. 73).

FERNANDES, Caroline Falco Reis. **O IDEB e a Prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória-ES**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6889--Int.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

FERNANDES, Reynaldo. IDEB: monitoramento objetivo da qualidade dos sistemas a partir da combinação entre fluxo e aprendizagem escolar. In: GRACIANO, Mariângela (Coord.). **O Plano de**

desenvolvimento da educação. São Paulo: Ação Educativa, 2007a. (Em questão 4)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas**: nota técnica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaI_ideb/metodologias/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em 12 jun. 2012a.

_____. **Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do PISA com a escala do SAEB**: nota técnica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaI_ideb/metodologias/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **Prova Brasil e SAEB**: perguntas frequentes. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Noronha de et al. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos e os desafios para sua inclusão na agenda das políticas públicas Municipais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 213-223, jul./dez. 2011.

_____, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n28/a02n28.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Balanco do setor público nacional**. Disponível em: <http://www.stn.gov.br/contabilidade_governamental/downloads/Balanco_Setor_publico_Nacional.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.

WEBER, Max. **Metodologias das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992. cap. 1. p.107-117.

Notas

¹ Período que, no Brasil, engloba desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental, chegando até o Ensino Médio, com prazo de duração ideal de 18 anos.

² Prova Brasil ou Saeb obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio)

- ³ Entenda-se aprovações ao final do prazo de duração ideal anual, ou final do ano letivo.
- ⁴ Média dos Países desenvolvidos que participam do PISA, considerando que o SAEB, um dos componentes do IDEB, foi matematicamente compatibilizado com o PISA, razão pela qual se espera que a média da Avaliação da Educação atingida pelos Países desenvolvidos no PISA seja refletida no IDEB.
- ⁵ Agressões, abusos sexuais, discriminação de gênero, consumo de substâncias psicoativas, etc.
- ⁶ O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) é um sistema eletrônico, instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- ⁷ Não foi possível analisar a relação com o PIB até 2010 porquanto o IBGE ainda não divulgou o PIB dos Municípios. A previsão para divulgação é Dezembro de 2012.
- ⁸ Sítio eletrônico sobre o IDEB hospedado pelo MEC: <http://ideb.inep.gov.br/>

Jairo Cavalcanti Vieira

Advogado

Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA)

E-mail: jairovieira@yahoo.com.br

Diego Silva Oliveira

Administrador/Advogado

Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Funcionário público pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: oli_diego57@hotmail.com

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA

Av. Carlos Cunha, s/n, Jaracati - São Luís (MA)

CEP 65076-820

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Cidade Universitária, Av. dos Portugueses, 1966,

Bacanga - São Luís/MA

CEP: 65.085-580